

ACORDO DE DUPLA DIPLOMAÇÃO

ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB) E A IMT ATLANTIQUE

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB**, autarquia federal de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº **07.777.800/0001-62**, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 710, Centro, Cruz das Almas, Bahia, Brasil, CEP 44380-000, neste ato representada por sua Reitora, **Prof.ª Dra. Georgina Gonçalves dos Santos**, nomeada por meio do Decreto de 1º de agosto de 2023, publicado no Diário Oficial da União, doravante denominada **UFRB**,

e

A **École Nationale Supérieure Mines-Télécom Atlantique Bretagne Pays de la Loire – IMT Atlantique**, établissement public d'enseignement supérieur et de recherche, com sede em: **Campus Brest** – Technopôle Brest-Iroise, CS 83818, 29238 Brest Cedex 03; **Campus Nantes** – 4 Rue Alfred Kastler, La Chantrerie, CS 20722, 44307 Nantes Cedex 03; **Campus Rennes** – 2 Rue de la Châtaigneraie, CS 17607, 35576 Cesson-Sévigné Cedex, França, neste ato representada por seu Diretor-Geral, **Monsieur Christophe Lerouge**, doravante denominada **IMT Atlantique**, doravante designadas conjuntamente como "**Partes**" e, individualmente, como "**Parte**",

Considerando:

- o interesse mútuo em fortalecer as relações acadêmicas e científicas entre Brasil e França;
- o compromisso das Partes com a excelência na formação em Engenharia;
- a importância da internacionalização do ensino superior como instrumento para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação;
- o interesse comum em promover a mobilidade internacional de estudantes, docentes e pesquisadores;
- a existência de áreas de conhecimento convergentes entre as instituições;

resolvem celebrar o presente **Acordo de Dupla Diplomação**, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto estabelecer um **Programa de Dupla Diplomação** destinado aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de **engenharia** oferecidos pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e nos cursos de engenharia oferecidos pela IMT Atlantique, possibilitando a realização de mobilidade acadêmica internacional com reconhecimento recíproco de estudos, atividades acadêmicas e requisitos curriculares.

§1º O Programa permitirá que os estudantes selecionados obtenham, após o cumprimento integral das exigências acadêmicas estabelecidas por ambas as instituições, o diploma expedido por cada uma delas.

§2º A execução deste Acordo observará a legislação vigente em cada país, os regulamentos internos das Partes e as normas específicas relativas à mobilidade internacional, à dupla diplomação e ao reconhecimento acadêmico.

§3º Este Acordo não cria vínculo empregatício entre qualquer participante e a instituição anfitriã.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS OBJETIVOS

Constituem objetivos deste Acordo:

- I. Promover a internacionalização das atividades acadêmicas da UFRB e da IMT Atlantique;
- II. Proporcionar aos estudantes formação acadêmica internacional de excelência;
- III. Incentivar a formação de engenheiros com competências interculturais, científicas e tecnológicas;
- IV. Favorecer a cooperação entre grupos de pesquisa das duas instituições;
- V. Estimular o intercâmbio de docentes, pesquisadores e técnicos administrativos quando houver interesse comum;
- VI. Promover o desenvolvimento de projetos científicos, tecnológicos e de inovação;
- VII. Fortalecer redes internacionais de pesquisa e cooperação acadêmica;
- VIII. Incentivar publicações conjuntas, coorientações e outras iniciativas de colaboração científica;

- IX. Contribuir para a formação de profissionais aptos a atuar em ambientes internacionais;
- X. Ampliar a cooperação institucional entre Brasil e França nas áreas das Engenharias, gestão industrial, logística, inovação, sustentabilidade, transformação digital e demais áreas correlatas.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PROGRAMA DE DUPLA DIPLOMAÇÃO

O Programa de Dupla Diplomação será desenvolvido mediante plano acadêmico previamente aprovado pelas Partes.

§1º O plano de estudos estabelecerá:

- a. disciplinas obrigatórias;
- b. disciplinas optativas;
- c. carga horária mínima;
- d. créditos acadêmicos;
- e. estágio curricular, quando aplicável;
- f. trabalho de conclusão de curso ou projeto equivalente;
- g. demais requisitos para obtenção da dupla diplomação.

§2º As equivalências curriculares serão previamente definidas pelas coordenações acadêmicas das Partes, respeitando as normas institucionais de cada universidade.

§3º O estudante permanecerá regularmente matriculado na instituição de origem durante todo o período da mobilidade internacional.

§4º A instituição anfitriã assegurará ao estudante acesso às atividades acadêmicas, bibliotecas, laboratórios, plataformas digitais e demais instalações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, observadas suas normas internas.

§5º A conclusão do Programa dependerá do cumprimento integral dos requisitos acadêmicos estabelecidos pelas duas instituições.

§6º A obtenção de um dos diplomas não implicará automaticamente o direito ao segundo diploma, sendo indispensável o atendimento de todas as exigências acadêmicas previstas neste Acordo e na regulamentação institucional das Partes.

§7º A mobilidade poderá compreender atividades presenciais, laboratoriais, estágios, projetos de pesquisa, projetos de inovação, atividades extensionistas e outras modalidades acadêmicas reconhecidas pelas Partes.

CLÁUSULA QUARTA

DA ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

A gestão do Programa de Dupla Diplomação será realizada de forma conjunta pelas Partes, por intermédio de suas unidades responsáveis pelas relações internacionais e pelas coordenações acadêmicas dos cursos participantes.

§1º A UFRB designará um Coordenador Acadêmico e um representante institucional da Superintendência de Assuntos Internacionais (SUPAI) para acompanhar a execução deste Acordo.

§2º A IMT Atlantique designará um Coordenador Acadêmico e um representante do International Relations Office para desempenhar funções equivalentes.

§3º Compete aos coordenadores:

- a. acompanhar a implementação deste Acordo;
- b. orientar os estudantes antes, durante e após a mobilidade;
- c. analisar os planos de estudos individuais;
- d. supervisionar o reconhecimento acadêmico dos créditos;
- e. propor ajustes ao Programa quando necessários;
- f. elaborar relatórios periódicos sobre a execução deste Acordo;
- g. solucionar administrativamente eventuais dificuldades acadêmicas decorrentes da mobilidade.

§4º Os coordenadores reunir-se-ão sempre que necessário, preferencialmente por videoconferência, para avaliação da execução do Programa.

CLÁUSULA QUINTA

DOS ESTUDANTES ELEGÍVEIS

Poderão candidatar-se ao Programa os estudantes regularmente matriculados nos Cursos de Engenharia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e nos cursos equivalentes da IMT Atlantique.

Para participar do Programa, o estudante deverá:

- I. estar regularmente matriculado na instituição de origem;
- II. apresentar desempenho acadêmico satisfatório, conforme critérios estabelecidos pela instituição de origem;
- III. demonstrar maturidade acadêmica e condições para realização de estudos em ambiente internacional;
- IV. atender aos requisitos linguísticos previstos neste Acordo;
- V. apresentar plano preliminar de estudos compatível com os objetivos da dupla diplomação;
- VI. cumprir as exigências documentais estabelecidas pela instituição anfitriã.

Parágrafo único. A participação no Programa dependerá da aprovação final da instituição anfitriã.

CLÁUSULA SEXTA

DO PROCESSO DE SELEÇÃO

A seleção dos estudantes será conduzida pela instituição de origem, observando critérios objetivos de mérito acadêmico.

- I. O processo seletivo poderá compreender:
- II. análise do histórico escolar;
- III. coeficiente ou índice de rendimento acadêmico;
- IV. currículo acadêmico;
- V. carta de motivação;
- VI. plano de estudos;
- VII. carta(s) de recomendação;
- VIII. entrevista;
- IX. comprovação de proficiência linguística;
- X. outros critérios estabelecidos em edital específico.

§1º A indicação do estudante pela instituição de origem não garante sua admissão pela instituição anfitriã.

§2º Caberá à IMT Atlantique e à UFRB analisar a documentação recebida e emitir decisão definitiva sobre a admissão.

§3º A instituição anfitriã poderá solicitar documentação complementar antes da decisão final.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO NÚMERO DE ESTUDANTES

As Partes buscarão manter equilíbrio no intercâmbio de estudantes durante toda a vigência deste Acordo.

§1º Cada instituição poderá indicar até quatro (04) estudantes por ano letivo, observado o interesse institucional e a disponibilidade acadêmica.

§2º O número de participantes poderá ser ampliado ou reduzido mediante consenso entre as Partes.

§3º A inexistência de candidatos em determinado período não implicará descumprimento deste Acordo.

CLÁUSULA OITAVA

DA MOBILIDADE ACADÊMICA

A mobilidade internacional terá duração compatível com o plano de estudos aprovado pelas Partes.

§1º O período mínimo será de um semestre letivo.

§2º O período máximo poderá alcançar três semestres acadêmicos, acrescido de eventual estágio obrigatório ou projeto final, quando previsto no currículo.

§3º Eventuais prorrogações dependerão de autorização expressa das duas instituições.

§4º Durante a mobilidade, o estudante permanecerá vinculado administrativamente à instituição de origem.

§5º Os estudantes estrangeiros vinculados à UFRB por este Acordo sujeitam-se às mesmas obrigações acadêmicas dos discentes regulares, incluindo a participação no ENADE quando convocados pelo INEP.

CLÁUSULA NONA

DO PLANO DE ESTUDOS

Antes do início da mobilidade, será elaborado um Plano Individual de Estudos para cada estudante. O plano deverá conter:

- I. disciplinas;
- II. carga horária;
- III. créditos;
- IV. atividades complementares;
- V. estágio;
- VI. pesquisa;
- VII. cronograma acadêmico.

§1º Qualquer alteração deverá ser aprovada pelas duas instituições.

§2º O Plano de Estudos constituirá documento integrante da participação do estudante no Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO RECONHECIMENTO ACADÊMICO

As Partes comprometem-se a reconhecer os estudos desenvolvidos no âmbito deste Programa, respeitando seus regulamentos internos.

§1º O reconhecimento ocorrerá mediante análise do histórico escolar emitido pela instituição anfitriã.

§2º Serão considerados:

- I. créditos acadêmicos;
- II. carga horária;
- III. competências desenvolvidas;
- IV. conteúdos programáticos;
- V. resultados de aprendizagem.

§3º O reconhecimento acadêmico não dependerá da repetição de disciplinas já integralizadas com aproveitamento.

§4º A convalidação de créditos e disciplinas observará, obrigatoriamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Engenharia da UFRB, sob pena de não integralização curricular válida no Brasil

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA DUPLA DIPLOMAÇÃO

Farão jus à dupla diplomação os estudantes que concluírem integralmente todas as exigências acadêmicas previstas neste Acordo.

- I. Para obtenção da dupla titulação será necessário:
- II. integralização curricular na UFRB;
- III. integralização curricular na IMT Atlantique;
- IV. aprovação em todas as atividades obrigatórias;
- V. cumprimento da carga horária mínima;
- VI. aprovação em estágio, quando exigido;
- VII. aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso ou projeto equivalente;
- VIII. cumprimento das normas acadêmicas das duas instituições.

§1º A UFRB expedirá diploma de **Graduação nos cursos de Engenharia**.

§2º A IMT Atlantique expedirá o diploma **Diplôme d'Ingénieur Généraliste** correspondente ao programa de engenharia cursado pelo estudante, conforme sua regulamentação interna.

§3º Cada diploma será emitido de acordo com a legislação nacional aplicável à instituição emissora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DOS REQUISITOS LINGÜÍSTICOS

Os estudantes da UFRB deverão comprovar conhecimento da língua francesa compatível com as exigências acadêmicas da IMT Atlantique.

Preferencialmente, será exigido:

- I. nível mínimo B1 do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas; ou
- II. nível A2 acompanhado de participação obrigatória em curso intensivo de francês oferecido ou indicado pela IMT Atlantique.

§1º Os estudantes da IMT Atlantique deverão comprovar proficiência em língua portuguesa em nível suficiente para acompanhar as atividades acadêmicas da UFRB.

§2º Sempre que possível, a comprovação ocorrerá mediante certificado oficial de proficiência reconhecido pelas Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS RESPONSABILIDADES DA UFRB

Compete à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia:

- I. divulgar internamente o Programa de Dupla Diplomação e realizar o processo seletivo dos estudantes, observando critérios de mérito acadêmico, transparência e impessoalidade;
- II. indicar oficialmente à IMT Atlantique os estudantes selecionados;
- III. orientar os estudantes quanto às exigências acadêmicas, administrativas e migratórias relacionadas à mobilidade internacional;
- IV. aprovar, em conjunto com a IMT Atlantique, os Planos Individuais de Estudos;
- V. acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes durante a mobilidade;
- VI. analisar e deliberar sobre o aproveitamento dos créditos acadêmicos obtidos na IMT Atlantique, conforme sua regulamentação interna;
- VII. prestar apoio institucional aos estudantes sempre que necessário;
- VIII. manter comunicação permanente com a IMT Atlantique acerca da execução deste Acordo;
- IX. designar representante institucional responsável pela coordenação deste Programa.

Parágrafo único. A UFRB não responderá por despesas pessoais, obrigações civis ou compromissos financeiros assumidos individualmente pelos estudantes durante sua permanência no exterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS RESPONSABILIDADES DA IMT ATLANTIQUE

Compete à IMT Atlantique:

- I. analisar as candidaturas encaminhadas pela UFRB;
- II. informar tempestivamente sobre a aceitação dos estudantes;

- III. disponibilizar infraestrutura acadêmica adequada ao desenvolvimento das atividades previstas neste Acordo;
- IV. garantir aos estudantes acesso às bibliotecas, laboratórios, plataformas digitais, salas de aula e demais instalações destinadas às atividades acadêmicas;
- V. emitir os documentos necessários para obtenção do visto de estudante, quando exigidos pela legislação francesa;
- VI. acompanhar academicamente os estudantes durante o período de mobilidade;
- VII. fornecer histórico escolar e demais documentos acadêmicos necessários ao reconhecimento dos estudos realizados;
- VIII. comunicar imediatamente à UFRB qualquer situação que possa comprometer o desempenho acadêmico ou disciplinar do estudante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DOS DIREITOS DOS ESTUDANTES

Os estudantes participantes terão direito a:

- I. frequentar disciplinas e demais atividades acadêmicas previstas em seu Plano de Estudos;
- II. utilizar bibliotecas, laboratórios, equipamentos, ambientes virtuais de aprendizagem e demais instalações disponibilizadas pela instituição anfitriã;
- III. receber orientação acadêmica durante todo o período da mobilidade;
- IV. solicitar alterações em seu Plano de Estudos, quando justificadas e aprovadas pelas duas instituições;
- V. obter documentação acadêmica relativa às atividades desenvolvidas;
- VI. concorrer, quando permitido, a bolsas ou auxílios oferecidos por programas específicos das Partes ou de agências de fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DOS DEVERES DOS ESTUDANTES

- I. Os estudantes comprometem-se a:
- II. cumprir integralmente o Plano de Estudos aprovado;
- III. observar a legislação do país anfitrião;
- IV. respeitar os regulamentos internos da instituição de acolhimento;
- V. manter conduta ética, responsável e compatível com os princípios universitários;
- VI. preservar o patrimônio físico, científico e tecnológico da instituição anfitriã;
- VII. manter atualizados seus dados pessoais junto às duas instituições;

- VIII. comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer a continuidade da mobilidade;
- IX. apresentar, ao final do período de estudos, a documentação necessária ao reconhecimento acadêmico.

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações previstas poderá ensejar desligamento do Programa, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DAS TAXAS ACADÊMICAS

Os estudantes permanecerão regularmente matriculados na instituição de origem durante todo o período da mobilidade.

§1º As taxas acadêmicas ordinárias, quando existentes, serão pagas exclusivamente à instituição de origem, salvo disposição diversa estabelecida por escrito entre as Partes.

§2º A instituição anfitriã poderá cobrar apenas taxas administrativas obrigatórias previstas em sua regulamentação interna, desde que previamente informadas ao estudante.

§3º O presente Acordo não implica concessão automática de bolsas de estudo.

§4º A obtenção de financiamento dependerá da participação do estudante em programas específicos de bolsas ou auxílios financeiros oferecidos por governos, agências de fomento ou pelas próprias instituições.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DAS DESPESAS DOS ESTUDANTES

São de responsabilidade exclusiva dos estudantes, entre outras:

- I. passagens aéreas;
- II. hospedagem;
- III. alimentação;
- IV. transporte local;
- V. emissão de passaporte;
- VI. obtenção de visto;
- VII. seguro obrigatório;

- VIII. despesas médicas não cobertas por seguro;
- IX. material didático de uso individual;
- X. demais despesas pessoais.

Parágrafo Único. Nenhuma disposição deste Acordo obriga qualquer das Partes ao custeio dessas despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

DOS VISTOS E DA IMIGRAÇÃO

Cada estudante será integralmente responsável pela obtenção e manutenção do visto adequado para permanência no país anfitrião.

§1º A instituição anfitriã fornecerá os documentos institucionais necessários para instrução do pedido de visto.

§2º A concessão do visto constitui ato exclusivo das autoridades migratórias competentes.

§3º O indeferimento do visto não gerará qualquer responsabilidade para as Partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

DOS SEGUROS

Antes do início da mobilidade internacional, cada estudante deverá contratar seguro válido durante todo o período de permanência no exterior. O seguro deverá contemplar, no mínimo:

- I. assistência médica;
- II. assistência hospitalar;
- III. cobertura odontológica de urgência, quando disponível;
- IV. acidentes pessoais;
- V. invalidez permanente;
- VI. repatriação sanitária;
- VII. repatriação funerária;
- VIII. responsabilidade civil.

Parágrafo Único. A ausência de seguro poderá impedir o início ou a continuidade da mobilidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A propriedade intelectual decorrente de projetos, pesquisas, invenções, softwares, patentes, desenhos industriais, cultivares, direitos autorais e demais ativos intelectuais desenvolvidos no âmbito deste Programa será disciplinada conforme:

- a. a legislação brasileira;
- b. a legislação francesa;
- c. os regulamentos internos das Partes;
- d. acordos específicos eventualmente celebrados para projetos de pesquisa.

§1º Sempre que houver produção científica conjunta, a autoria deverá refletir a efetiva contribuição intelectual de cada participante.

§2º A exploração econômica de resultados passíveis de proteção dependerá de instrumento específico celebrado entre as Partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

DA CONFIDENCIALIDADE

As Partes comprometem-se a preservar o sigilo de informações técnicas, científicas, administrativas ou estratégicas às quais tiverem acesso em razão da execução deste Acordo.

Parágrafo Único. A obrigação de confidencialidade permanecerá válida mesmo após o encerramento deste instrumento, pelo prazo de cinco (05) anos, salvo quando:

- a. a informação se tornar pública por meios legítimos;
- b. houver autorização escrita da Parte detentora da informação;
- c. a divulgação for exigida por determinação legal ou judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As Partes comprometem-se a tratar os dados pessoais compartilhados exclusivamente para a execução deste Acordo.

O tratamento observará:

- a. a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais do Brasil (Lei nº 13.709/2018);
- b. o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia (General Data Protection Regulation – GDPR), quando aplicável;
- c. as normas internas de proteção de dados de cada instituição.

Parágrafo Único. Os dados pessoais serão utilizados apenas pelo período necessário ao cumprimento das finalidades acadêmicas e administrativas deste Programa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

DA ÉTICA ACADÊMICA

Os participantes comprometem-se a observar elevados padrões de ética acadêmica e científica.

Constituem infrações, entre outras:

- I. plágio;
- II. falsificação de documentos;
- III. fraude em avaliações;
- IV. manipulação de resultados científicos;
- V. assédio;
- VI. discriminação de qualquer natureza;
- VII. utilização indevida de propriedade intelectual.

Parágrafo Único. As infrações serão apuradas conforme a legislação aplicável e os regulamentos internos da instituição competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

DA SUSPENSÃO DA MOBILIDADE

A mobilidade acadêmica poderá ser suspensa, temporariamente ou em caráter definitivo, nas seguintes hipóteses:

- a. descumprimento das normas acadêmicas ou disciplinares da instituição anfitriã;
- b. insuficiência de desempenho acadêmico que comprometa a continuidade dos estudos;
- c. perda da condição de estudante regularmente matriculado na instituição de origem;
- d. ocorrência de fatos supervenientes que impeçam a continuidade da mobilidade;
- e. solicitação fundamentada do estudante, devidamente analisada pelas Partes.

§1º A suspensão da mobilidade não implicará, automaticamente, a rescisão deste Acordo.

§2º As Partes buscarão, sempre que possível, adotar medidas que permitam a continuidade do percurso acadêmico do estudante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

DA FORÇA MAIOR

Nenhuma das Partes será considerada inadimplente pelo descumprimento de obrigações decorrentes de acontecimentos imprevisíveis ou inevitáveis, alheios à sua vontade, tais como:

- I. guerras;
- II. conflitos armados;
- III. atos terroristas;
- IV. pandemias ou emergências sanitárias;
- V. desastres naturais;
- VI. greves gerais que impossibilitem a execução das atividades acadêmicas;
- VII. determinações governamentais que restrinjam a mobilidade internacional;
- VIII. outras situações reconhecidas como caso fortuito ou força maior.

§1º A Parte afetada comunicará imediatamente à outra Parte sobre a ocorrência do evento.

§2º As Partes envidarão esforços para minimizar os impactos da situação e definir soluções alternativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

DA ALTERAÇÃO DO ACORDO

O presente Acordo poderá ser alterado mediante Termo Aditivo celebrado por escrito e assinado pelos representantes legais das Partes.

§1º Nenhuma alteração produzirá efeitos sem a manifestação formal de ambas as instituições.

§2º Os Termos Aditivos passarão a integrar este Acordo para todos os fins de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO

As Partes realizarão acompanhamento contínuo da execução deste Programa.

Poderão ser elaborados relatórios contendo:

- I. número de estudantes participantes;
- II. resultados acadêmicos;
- III. dificuldades encontradas;
- IV. sugestões de aperfeiçoamento;
- V. indicadores de internacionalização.

Parágrafo Único. Os relatórios poderão subsidiar futuras revisões deste Acordo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA

DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As Partes comprometem-se a solucionar, de forma amigável, quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da interpretação ou execução deste Acordo.

§1º Inicialmente, as questões serão submetidas aos coordenadores institucionais do Programa.

§2º Persistindo o impasse, a matéria será encaminhada às autoridades competentes de cada instituição para tentativa de composição administrativa.

§3º Somente após esgotadas as vias administrativas poderão ser adotadas as medidas jurídicas cabíveis, observada a legislação aplicável em cada país.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

DA VIGÊNCIA

O presente Acordo vigorará pelo prazo de **cinco (05) anos**, contados da data da última assinatura pelas Partes.

§1º Antes do término da vigência, as Partes poderão manifestar interesse na renovação deste instrumento.

§2º A renovação dependerá de celebração de Termo Aditivo ou de novo acordo, conforme decisão conjunta das Partes.

§3º A expiração do prazo de vigência não prejudicará a conclusão das mobilidades acadêmicas regularmente iniciadas durante sua validade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo mediante comunicação escrita encaminhada à outra Parte com antecedência mínima de seis (06) meses.

§1º A denúncia não afetará os direitos e obrigações decorrentes das mobilidades em andamento, salvo se houver impossibilidade jurídica ou material devidamente comprovada.

§2º O presente Acordo poderá ser rescindido imediatamente em caso de:

- I. descumprimento grave de suas cláusulas;
- II. extinção de uma das instituições;
- III. impossibilidade permanente de execução;
- IV. comum acordo entre as Partes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I. O presente Acordo não estabelece vínculo empregatício entre qualquer participante e a instituição anfitriã.
- II. Nenhuma das Partes poderá utilizar o nome, logomarca ou símbolos institucionais da outra para fins comerciais sem autorização prévia e expressa.

- III. A celebração deste instrumento não implica obrigação de transferência de recursos financeiros entre as Partes.
- IV. A execução de projetos específicos que envolvam financiamento dependerá da celebração de instrumentos próprios.
- V. Os casos omissos serão resolvidos consensualmente pelas Partes, observadas suas legislações nacionais e regulamentos internos.
- VI. Este Acordo será redigido em português e francês, sendo ambas as versões igualmente autênticas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA

DA ENTRADA EM VIGOR

O presente Acordo entrará em vigor na data da última assinatura aposta pelos representantes legais das Partes.

EM TESTEMUNHO DO EXPOSTO

E, por estarem de pleno acordo com todas as cláusulas e condições aqui estabelecidas, as Partes assinam o presente Acordo em dois exemplares originais, um em língua portuguesa e outro em língua francesa, ambos de igual teor e valor jurídico.

ACCORD SPÉCIFIQUE DE DOUBLE DIPLÔME

ENTRE

L'UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

ET

IMT ATLANTIQUE

L'Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, établissement public fédéral d'enseignement supérieur, placé sous la tutelle du Ministère de l'Éducation de la République Fédérative du Brésil, inscrit au Registre National des Personnes Morales (CNPJ) sous le numéro **07.777.800/0001-62**, dont le siège est situé Rua Rui Barbosa, n° 710, Centro, Cruz das Almas, Bahia, Brésil, CEP 44380-000, représentée aux présentes par sa Rectrice, **Professeure Docteure Georgina Gonçalves dos Santos**, nommée par Décret présidentiel du 1er août 2023, publié au Journal Officiel de l'Union (Diário Oficial da União), ci-après dénommée « **UFRB** »,

et

L'École Nationale Supérieure Mines-Télécom Atlantique Bretagne Pays de la Loire – IMT Atlantique, établissement public d'enseignement supérieur et de recherche, dont les campus sont situés à : Campus de Brest – Technopôle Brest-Iroise, CS 83818, 29238 Brest Cedex 03 ; Campus de Nantes – 4 Rue Alfred Kastler, La Chantrerie, CS 20722, 44307 Nantes Cedex 03 ; Campus de Rennes – 2 Rue de la Châtaigneraie, CS 17607, 35576 Cesson-Sévigné Cedex, France,

représentée aux présentes par son Directeur général, **Monsieur Christophe Lerouge**, ci-après dénommée « **IMT Atlantique** »,

ci-après dénommées conjointement les « **Parties** » et individuellement la « **Partie** »,

Considérant :

- l'intérêt commun des Parties à renforcer les relations académiques et scientifiques entre le Brésil et la France ;
- leur engagement en faveur de l'excellence dans la formation des ingénieurs ;
- l'importance de l'internationalisation de l'enseignement supérieur comme levier du développement scientifique, technologique et de l'innovation ;
- leur volonté commune de promouvoir la mobilité internationale des étudiants, des enseignants-chercheurs et des chercheurs ;

- l'existence de domaines d'enseignement et de recherche présentant une forte complémentarité entre les deux établissements ;

Les Parties conviennent de conclure le présent Accord spécifique de Double Diplôme, régi par les clauses et conditions suivantes :

ARTICLE PREMIER

OBJET

Le présent Accord a pour objet d'établir un **Programme de Double Diplôme** destiné aux étudiants régulièrement inscrits au cursus de **Licence en ingénierie (Graduação em Engenharia)** de l'Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) ainsi qu'aux étudiants inscrits dans les formations d'ingénieur proposées par IMT Atlantique, afin de permettre la réalisation d'une mobilité académique internationale accompagnée d'une reconnaissance réciproque des études, des activités académiques et des exigences curriculaires.

§1. Le Programme permettra aux étudiants sélectionnés d'obtenir, après avoir satisfait à l'ensemble des exigences académiques fixées par les deux établissements, le diplôme délivré par chacune des Parties.

§2. L'exécution du présent Accord s'effectuera conformément à la législation en vigueur dans chacun des deux pays, aux règlements internes des Parties ainsi qu'aux dispositions applicables en matière de mobilité internationale, de double diplôme et de reconnaissance académique.

§3. Le présent Accord ne crée aucun lien de subordination ou de relation de travail entre les participants et l'établissement d'accueil.

ARTICLE 2

OBJECTIFS

Le présent Accord poursuit notamment les objectifs suivants :

- I. promouvoir l'internationalisation des activités académiques de l'UFRB et d'IMT Atlantique ;
- II. offrir aux étudiants une formation académique internationale de haut niveau ;

- III. favoriser la formation d'ingénieurs dotés de compétences interculturelles, scientifiques et technologiques ;
- IV. encourager la coopération entre les équipes de recherche des deux établissements ;
- V. promouvoir les échanges d'enseignants-chercheurs, de chercheurs et de personnels administratifs lorsque les Parties y voient un intérêt commun ;
- VI. développer des projets de recherche scientifique, de développement technologique et d'innovation ;
- VII. renforcer les réseaux internationaux de coopération académique et scientifique ;
- VIII. encourager les publications conjointes, les codirections académiques ainsi que toute autre initiative de collaboration scientifique ;
- IX. contribuer à la formation de professionnels capables d'évoluer dans un environnement international ;
- X. renforcer la coopération institutionnelle entre le Brésil et la France dans les domaines de l'ingénierie, de la gestion industrielle, de la logistique, de l'innovation, de la durabilité, de la transformation numérique et d'autres domaines connexes.

ARTICLE 3

PROGRAMME DE DOUBLE DIPLÔME

Le Programme de Double Diplôme sera mis en œuvre sur la base d'un **plan académique préalablement approuvé par les Parties.**

§1. Le plan d'études définira notamment :

- I. les unités d'enseignement obligatoires ;
- II. les unités d'enseignement optionnelles ;
- III. le volume horaire minimal ;
- IV. les crédits académiques ;
- V. le stage obligatoire, lorsqu'il est applicable ;
- VI. le mémoire de fin d'études ou le projet académique équivalent ;

VII. toute autre exigence nécessaire à l'obtention du double diplôme.

§2. Les équivalences pédagogiques seront définies préalablement par les responsables académiques des deux établissements, dans le respect de la réglementation interne applicable à chacun d'eux.

§3. L'étudiant demeurera régulièrement inscrit dans son établissement d'origine pendant toute la durée de la mobilité internationale.

§4. L'établissement d'accueil garantira à l'étudiant l'accès aux enseignements, bibliothèques, laboratoires, plateformes numériques et à toute autre infrastructure académique nécessaire au bon déroulement de son parcours, conformément à ses règlements internes.

§5. L'obtention du double diplôme est subordonnée au respect intégral de l'ensemble des exigences académiques fixées par les deux établissements.

§6. L'obtention de l'un des diplômes ne confère pas automatiquement le droit à l'obtention du second diplôme, laquelle demeure conditionnée au respect de toutes les exigences académiques prévues par le présent Accord ainsi que par la réglementation interne de chacune des Parties.

§7. La mobilité pourra comprendre des enseignements en présentiel, des activités de laboratoire, des stages, des projets de recherche, des projets d'innovation, des activités d'extension universitaire ainsi que toute autre activité académique reconnue par les Parties.

ARTICLE 4

ADMINISTRATION DU PROGRAMME

La gestion du Programme de Double Diplôme sera assurée conjointement par les Parties, par l'intermédiaire de leurs services chargés des relations internationales ainsi que des responsables académiques des formations concernées.

§1. L'UFRB désignera un Coordinateur académique ainsi qu'un représentant institutionnel de la **Superintendência de Assuntos Internacionais (SUPAI)** chargé du suivi de l'exécution du présent Accord.

§2. IMT Atlantique désignera un Coordinateur académique ainsi qu'un représentant de son **International Relations Office**, chargés d'exercer des fonctions équivalentes.

§3. Les coordinateurs auront notamment pour mission de :

- I. assurer le suivi de la mise en œuvre du présent Accord ;
- II. accompagner les étudiants avant, pendant et après leur mobilité ;
- III. examiner et approuver les plans individuels d'études ;
- IV. superviser la reconnaissance académique des crédits obtenus ;
- V. proposer toute adaptation du Programme jugée nécessaire ;
- VI. établir des rapports périodiques sur l'exécution du présent Accord ;
- VII. rechercher des solutions administratives aux éventuelles difficultés académiques rencontrées dans le cadre de la mobilité.

§4. Les coordinateurs se réuniront chaque fois que nécessaire, de préférence par visioconférence, afin d'évaluer la mise en œuvre du Programme.

ARTICLE 5

ÉTUDIANTS ÉLIGIBLES

Peuvent présenter leur candidature au Programme les étudiants régulièrement inscrits dans le cursus de **Génie de Production** de l'Universidade Federal do Recôncavo da Bahia ainsi que les étudiants inscrits dans les formations équivalentes proposées par IMT Atlantique.

Pour participer au Programme, le candidat devra :

- I. être régulièrement inscrit dans son établissement d'origine ;
- II. justifier d'un niveau académique satisfaisant conformément aux critères établis par son établissement d'origine ;
- III. démontrer une maturité académique ainsi que les aptitudes nécessaires pour poursuivre des études dans un environnement international ;
- IV. satisfaire aux exigences linguistiques prévues par le présent Accord ;
- V. présenter un projet préliminaire d'études conforme aux objectifs du Programme de Double Diplôme ;

VI. fournir l'ensemble des documents exigés par l'établissement d'accueil.

Paragraphe unique. La participation au Programme demeure subordonnée à la décision finale d'admission de l'établissement d'accueil.

ARTICLE 6

PROCÉDURE DE SÉLECTION

La sélection des étudiants sera organisée par l'établissement d'origine, selon des critères objectifs fondés sur le mérite académique.

La procédure de sélection pourra notamment comprendre :

- I.** l'examen du relevé de notes ;
 - II.** l'évaluation des résultats académiques ou de la moyenne générale ;
 - III.** l'analyse du curriculum académique ;
 - IV.** une lettre de motivation ;
 - V.** un projet d'études ;
 - VI.** une ou plusieurs lettres de recommandation ;
 - VII.** un entretien ;
 - VIII.** la justification du niveau de compétence linguistique requis ;
 - IX.** tout autre critère prévu dans un appel à candidatures spécifique.
- §1.** La désignation d'un étudiant par son établissement d'origine ne garantit pas son admission par l'établissement d'accueil.
- §2.** IMT Atlantique et l'UFRB examineront les dossiers de candidature reçus et rendront leur décision définitive quant à l'admission.
- §3.** L'établissement d'accueil pourra solliciter tout document complémentaire avant de rendre sa décision finale

ARTICLE 7

NOMBRE D'ÉTUDIANTS

Les Parties s'efforceront de maintenir un équilibre dans les échanges d'étudiants pendant toute la durée du présent Accord.

§1. Chaque établissement pourra proposer jusqu'à **quatre (4) étudiants par année universitaire**, sous réserve de ses intérêts institutionnels et de ses capacités académiques.

§2. Ce nombre pourra être augmenté ou réduit d'un commun accord entre les Parties.

§3. L'absence de candidats au cours d'une année universitaire donnée ne saurait être considérée comme un manquement aux obligations découlant du présent Accord.

ARTICLE 8

MOBILITÉ ACADÉMIQUE

La durée de la mobilité internationale sera déterminée conformément au plan d'études approuvé par les Parties.

§1. La durée minimale de la mobilité est fixée à **un semestre universitaire**.

§2. La durée maximale pourra atteindre **trois semestres universitaires**, auxquels pourra s'ajouter, le cas échéant, un stage obligatoire ou un projet de fin d'études prévu par le cursus.

§3. Toute prolongation devra faire l'objet d'une autorisation expresse des deux établissements.

§4. Pendant toute la durée de la mobilité, l'étudiant demeurera administrativement rattaché à son établissement d'origine.

§ 5º Les étudiants étrangers accueillis à l'UFRB dans le cadre du présent Accord sont soumis aux mêmes obligations académiques que les étudiants régulièrement inscrits, y compris la participation à l'ENADE lorsqu'ils y sont convoqués par l'INEP.

ARTICLE 9

PLAN INDIVIDUEL D'ÉTUDES

Avant le début de la mobilité, un **Plan Individuel d'Études** sera établi pour chaque étudiant.

Ce document précisera notamment :

- I. les unités d'enseignement ;
- II. le volume horaire ;
- III. les crédits académiques ;
- IV. les activités complémentaires ;
- V. le stage ;
- VI. les activités de recherche ;
- VII. le calendrier académique.

§1. Toute modification du Plan Individuel d'Études devra être approuvée par les deux établissements.

§2. Le Plan Individuel d'Études constituera un document officiel faisant partie intégrante du parcours de l'étudiant au sein du Programme.

ARTICLE 10

RECONNAISSANCE ACADÉMIQUE

Les Parties s'engagent à reconnaître les études réalisées dans le cadre du présent Programme, conformément à leurs règlements internes respectifs.

§1. La reconnaissance académique sera effectuée sur la base du relevé de notes délivré par l'établissement d'accueil.

§2. Seront notamment pris en considération :

- I. les crédits académiques obtenus ;
- II. le volume horaire ;
- III. les compétences acquises ;
- IV. les contenus pédagogiques ;

V. les acquis d'apprentissage.

§3. La reconnaissance académique ne donnera pas lieu à la répétition d'enseignements déjà validés avec succès par l'étudiant.

§4 La validation des crédits et des unités d'enseignement devra obligatoirement respecter les Directives Curriculaires Nationales applicables au cursus d'Ingénierie de l'UFRB, sous peine de ne pas être reconnue comme une intégration curriculaire valable au Brésil.

ARTICLE 11

DOUBLE DIPLÔME

Les étudiants ayant satisfait à l'ensemble des exigences académiques prévues par le présent Accord pourront bénéficier de la délivrance du **Double Diplôme**.

Pour l'obtention de la double diplomation, les conditions suivantes devront être remplies:

- I. validation de l'ensemble du cursus académique à l'UFRB ;
- II. validation de l'ensemble du cursus académique à IMT Atlantique ;
- III. réussite à toutes les activités académiques obligatoires ;
- IV. accomplissement du volume minimal de formation requis ;
- V. validation du stage obligatoire, lorsqu'il est exigé ;
- VI. validation du mémoire ou du projet de fin d'études, ou de tout travail académique équivalent ;
- VII. respect des règlements académiques en vigueur dans chacun des deux établissements.

§1. L'UFRB délivrera le diplôme de Licence en ingénierie (Graduação em Engenharia)

§2. IMT Atlantique délivrera le Diplôme d'Ingénieur Généraliste correspondant au programme d'ingénieur suivi par l'étudiant, conformément à sa réglementation interne.

§3. Chaque diplôme sera délivré conformément à la législation nationale applicable à l'établissement qui en assure la délivrance.

ARTICLE 12

EXIGENCES LINGUISTIQUES

Les étudiants de l'UFRB devront justifier d'un niveau de maîtrise de la langue française compatible avec les exigences académiques d'IMT Atlantique.

À titre préférentiel, il sera exigé :

I. un niveau minimum B1 du Cadre européen commun de référence pour les langues (CECRL) ;

ou

II. un niveau A2, sous réserve de la participation obligatoire à un cours intensif de français proposé ou recommandé par IMT Atlantique.

Les étudiants d'IMT Atlantique devront justifier d'une maîtrise suffisante de la langue portugaise leur permettant de suivre les activités académiques organisées par l'UFRB.

Dans la mesure du possible, cette compétence linguistique devra être attestée par un certificat officiel de compétence reconnu par les Parties.

ARTICLE 13

RESPONSABILITÉS DE L'UFRB

L'Universidade Federal do Recôncavo da Bahia s'engage à :

I. assurer la diffusion interne du Programme de Double Diplôme et organiser la procédure de sélection des étudiants dans le respect des principes de mérite académique, de transparence et d'impartialité ;

II. proposer officiellement à IMT Atlantique les étudiants sélectionnés ;

III. informer et accompagner les étudiants concernant les exigences académiques, administratives et migratoires liées à la mobilité internationale ;

IV. approuver, conjointement avec IMT Atlantique, les Plans Individuels d'Études ;

V. assurer le suivi du parcours académique des étudiants pendant toute la durée de leur mobilité ;

VI. examiner et statuer, conformément à sa réglementation interne, sur la reconnaissance des crédits obtenus à IMT Atlantique ;

VII. apporter aux étudiants tout soutien institutionnel nécessaire ;

VIII. maintenir une communication permanente avec IMT Atlantique concernant la mise en œuvre du présent Accord ;

IX. désigner un représentant institutionnel chargé de la coordination du Programme.

Paragraphe unique. L'UFRB ne pourra être tenue responsable des dépenses personnelles, obligations civiles ou engagements financiers contractés individuellement par les étudiants pendant leur séjour à l'étranger.

ARTICLE 14

RESPONSABILITÉS D'IMT ATLANTIQUE

IMT Atlantique s'engage à :

I. examiner les candidatures transmises par l'UFRB ;

II. informer l'UFRB, dans les meilleurs délais, de la décision relative à l'admission des étudiants ;

III. mettre à disposition une infrastructure académique adaptée au bon déroulement des activités prévues par le présent Accord ;

IV. garantir aux étudiants l'accès aux bibliothèques, laboratoires, plateformes numériques, salles d'enseignement ainsi qu'à l'ensemble des installations destinées aux activités académiques ;

V. délivrer les documents institutionnels nécessaires à l'obtention du visa étudiant, lorsque ceux-ci sont exigés par la réglementation française ;

VI. assurer le suivi académique des étudiants durant leur période de mobilité ;

VII. délivrer les relevés de notes ainsi que tout document académique nécessaire à la reconnaissance des études accomplies ;

VIII. informer sans délai l'UFRB de toute situation susceptible de compromettre le parcours académique ou disciplinaire d'un étudiant.

ARTICLE 15

DROITS DES ÉTUDIANTS

Les étudiants participant au Programme bénéficieront notamment des droits suivants :

- I. suivre les enseignements ainsi que toutes les activités académiques prévues dans leur Plan Individuel d'Études ;
- II. accéder aux bibliothèques, laboratoires, équipements scientifiques, plateformes numériques d'enseignement et à l'ensemble des infrastructures mises à disposition par l'établissement d'accueil ;
- III. bénéficier d'un accompagnement et d'un suivi académique pendant toute la durée de leur mobilité ;
- IV. solliciter des modifications de leur Plan Individuel d'Études lorsque celles-ci sont dûment justifiées et approuvées par les deux établissements ;
- V. obtenir l'ensemble des documents académiques relatifs aux activités réalisées durant leur mobilité ;
- VI. présenter leur candidature, lorsque les règlements applicables le permettent, aux bourses d'études ou aides financières proposées par les Parties ou par les organismes de financement compétents.

ARTICLE 16

OBLIGATIONS DES ÉTUDIANTS

Les étudiants participant au Programme s'engagent à :

- I. respecter intégralement le Plan Individuel d'Études approuvé ;
- II. se conformer à la législation en vigueur dans le pays d'accueil ;
- III. respecter les règlements internes de l'établissement d'accueil ;
- IV. adopter un comportement éthique, responsable et conforme aux valeurs universitaires ;
- V. préserver le patrimoine matériel, scientifique et technologique de l'établissement d'accueil ;

- VI.** maintenir à jour leurs informations personnelles auprès des deux établissements ;
- VII.** informer sans délai les deux établissements de tout événement susceptible de compromettre la poursuite de leur mobilité ;
- VIII.** transmettre, à l'issue de leur séjour, l'ensemble des documents nécessaires à la reconnaissance académique des études effectuées.

Paragraphe unique. Le non-respect des obligations prévues au présent article pourra entraîner l'exclusion du Programme, sans préjudice des autres mesures administratives pouvant être prises conformément aux règlements applicables.

ARTICLE 17

FRAIS ACADÉMIQUES

Les étudiants demeureront régulièrement inscrits dans leur établissement d'origine pendant toute la durée de leur mobilité internationale.

§1. Les droits d'inscription ordinaires, lorsqu'ils sont applicables, seront acquittés exclusivement auprès de l'établissement d'origine, sauf disposition écrite contraire convenue entre les Parties.

§2. L'établissement d'accueil pourra uniquement percevoir les frais administratifs obligatoires prévus par sa réglementation interne, à condition qu'ils aient été préalablement portés à la connaissance de l'étudiant.

§3. Le présent Accord n'emporte aucune attribution automatique de bourse d'études ou d'aide financière.

§4. L'obtention d'un financement demeure subordonnée à la participation de l'étudiant à des programmes spécifiques de bourses ou d'aides financières proposés par les gouvernements, les organismes de financement ou les établissements eux-mêmes.

ARTICLE 18

FRAIS À LA CHARGE DES ÉTUDIANTS

Les dépenses suivantes, notamment, demeurent à la charge exclusive des étudiants :

- I.** les billets d'avion ;

- II. les frais de logement ;
- III. les frais de restauration ;
- IV. les transports locaux ;
- V. les frais de délivrance du passeport ;
- VI. les frais d'obtention du visa ;
- VII. la souscription de l'assurance obligatoire ;
- VIII. les dépenses médicales non couvertes par l'assurance ;
- IX. les fournitures pédagogiques à usage personnel ;
- X. toute autre dépense personnelle.

Aucune disposition du présent Accord ne saurait être interprétée comme créant une obligation, pour l'une ou l'autre des Parties, de prendre en charge ces dépenses.

ARTICLE 19

VISAS ET FORMALITÉS D'IMMIGRATION

Chaque étudiant est seul responsable de l'obtention, du renouvellement et du maintien en validité du visa ou de toute autre autorisation de séjour requise par les autorités compétentes du pays d'accueil.

§1. L'établissement d'accueil fournira les documents institutionnels nécessaires à la constitution du dossier de demande de visa.

§2. La délivrance du visa relève exclusivement de la compétence des autorités consulaires ou migratoires compétentes.

§3. Le refus d'octroi d'un visa ne pourra engager la responsabilité de l'une ou l'autre des Parties.

ARTICLE 20

ASSURANCE

Avant le début de la mobilité internationale, chaque étudiant devra souscrire une assurance valable pendant toute la durée de son séjour à l'étranger.

Cette assurance devra couvrir, au minimum :

- I. les frais médicaux ;
- II. les frais d'hospitalisation ;
- III. les soins dentaires d'urgence, lorsque cette garantie est disponible ;
- IV. les accidents corporels ;
- V. l'invalidité permanente ;
- VI. le rapatriement sanitaire ;
- VII. le rapatriement du corps en cas de décès ;
- VIII. la responsabilité civile.

L'absence d'une couverture d'assurance conforme pourra empêcher le début ou la poursuite de la mobilité académique.

ARTICLE 21

PROPRIÉTÉ INTELLECTUELLE

Les droits de propriété intellectuelle résultant des projets, travaux de recherche, inventions, logiciels, brevets, dessins et modèles industriels, obtentions végétales, droits d'auteur ainsi que de tout autre actif intellectuel développé dans le cadre du présent Programme seront régis conformément :

- I. à la législation brésilienne ;
- II. à la législation française ;
- III. aux règlements internes des Parties ;
- IV. aux accords spécifiques éventuellement conclus dans le cadre de projets de recherche.

§1. Lorsqu'une production scientifique est réalisée conjointement, la qualité d'auteur devra refléter la contribution intellectuelle effective de chacun des participants.

§2. Toute exploitation économique des résultats susceptibles de faire l'objet d'une protection juridique devra être régie par un accord spécifique conclu entre les Parties.

ARTICLE 22

CONFIDENTIALITÉ

Les Parties s'engagent à préserver la confidentialité de toute information technique, scientifique, administrative ou stratégique à laquelle elles auraient accès dans le cadre de l'exécution du présent Accord.

L'obligation de confidentialité demeurera applicable pendant une période de **cinq (5) années** suivant la cessation du présent Accord, sauf dans les cas suivants :

- I. lorsque les informations deviennent publiques par des moyens licites ;
- II. lorsqu'une autorisation écrite est accordée par la Partie détentrice des informations ;
- III. lorsque leur divulgation est imposée par une disposition légale ou par une décision judiciaire.

ARTICLE 23

PROTECTION DES DONNÉES À CARACTÈRE PERSONNEL

Les Parties s'engagent à traiter les données à caractère personnel échangées exclusivement aux fins de l'exécution du présent Accord.

Le traitement de ces données sera effectué conformément :

- I. à la **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Loi n° 13.709/2018)** du Brésil ;
- II. au **Règlement (UE) 2016/679 du Parlement européen et du Conseil du 27 avril 2016 relatif à la protection des données à caractère personnel (RGPD)**, lorsqu'il est applicable;
- III. aux politiques et règlements internes de protection des données de chacune des Parties.

Les données à caractère personnel seront conservées uniquement pendant la durée nécessaire à la réalisation des finalités académiques et administratives prévues dans le cadre du présent Programme.

ARTICLE 24

INTÉGRITÉ ACADÉMIQUE

Les participants s'engagent à respecter les plus hauts standards d'intégrité académique et scientifique.

Constituent notamment des manquements à ces principes :

- I. le plagiat ;
- II. la falsification de documents ;
- III. la fraude aux évaluations ;
- IV. la falsification ou la manipulation de résultats scientifiques ;
- V. le harcèlement ;
- VI. toute forme de discrimination ;
- VII. l'utilisation illicite ou abusive de droits de propriété intellectuelle.

Ces manquements feront l'objet d'une instruction conformément à la législation applicable ainsi qu'aux règlements internes de l'établissement compétent, dans le respect du principe du contradictoire et des droits de la défense.

ARTICLE 25

SUSPENSION DE LA MOBILITÉ

La mobilité académique pourra être suspendue, à titre temporaire ou définitif, dans les cas suivants :

- I. non-respect des règlements académiques ou disciplinaires de l'établissement d'accueil ;
- II. résultats académiques insuffisants compromettant la poursuite des études ;

III. perte de la qualité d'étudiant régulièrement inscrit dans l'établissement d'origine ;

IV. survenance de circonstances nouvelles empêchant la poursuite de la mobilité ;

V. demande motivée de l'étudiant, dûment examinée par les Parties.

§1. La suspension de la mobilité n'entraîne pas automatiquement la résiliation du présent Accord.

§2. Les Parties s'efforceront, dans toute la mesure du possible, d'adopter les mesures nécessaires afin de permettre la poursuite du parcours académique de l'étudiant.

ARTICLE 26

FORCE MAJEURE

Aucune des Parties ne pourra être tenue responsable de l'inexécution totale ou partielle de ses obligations lorsque celle-ci résulte d'un événement imprévisible, irrésistible et indépendant de sa volonté, notamment :

I. guerre ;

II. conflit armé ;

III. acte de terrorisme ;

IV. pandémie ou urgence sanitaire ;

V. catastrophe naturelle ;

VI. grève générale empêchant le déroulement normal des activités académiques ;

VII. décision gouvernementale restreignant la mobilité internationale ;

VIII. tout autre événement reconnu comme cas de force majeure conformément au droit applicable.

§1. La Partie affectée informera l'autre Partie, dans les meilleurs délais, de la survenance de l'événement.

§2. Les Parties s'engagent à coopérer afin de limiter les conséquences de cette situation et à rechercher conjointement des solutions alternatives.

ARTICLE 27

MODIFICATION DE L'ACCORD

Le présent Accord pourra être modifié uniquement par voie d'avenant écrit, signé par les représentants légalement habilités des Parties.

§1. Aucune modification ne produira d'effet sans l'accord exprès des deux établissements.

§2. Les avenants feront partie intégrante du présent Accord et produiront les mêmes effets juridiques.

ARTICLE 28

SUIVI ET ÉVALUATION

Les Parties assureront un suivi permanent de la mise en œuvre du présent Programme.

À cette fin, elles pourront établir des rapports comprenant notamment :

- I. le nombre d'étudiants participants ;
- II. les résultats académiques obtenus ;
- III. les difficultés rencontrées dans la mise en œuvre du Programme ;
- IV. les propositions d'amélioration ;
- V. les indicateurs d'internationalisation.

Ces rapports pourront servir de base à l'évaluation et à la révision du présent Accord.

ARTICLE 29

RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS

Les Parties s'engagent à régler à l'amiable tout différend susceptible de naître de l'interprétation ou de l'exécution du présent Accord.

§1. Les différends seront, dans un premier temps, soumis aux coordinateurs institutionnels du Programme.

§2. À défaut de solution, les autorités compétentes de chacune des Parties seront saisies afin de rechercher une solution par voie administrative.

§3. Ce n'est qu'après l'épuisement des voies de règlement amiable et administratif que pourront être engagées les procédures juridiques prévues par la législation applicable dans chacun des deux pays.

ARTICLE 30

DURÉE

Le présent Accord est conclu pour une durée de **cinq (5) ans**, à compter de la date de sa dernière signature par les Parties.

§1. Avant son expiration, les Parties pourront manifester leur intérêt à renouveler le présent Accord.

§2. Le renouvellement sera effectué par la signature d'un avenant ou par la conclusion d'un nouvel accord, selon la décision conjointe des Parties.

§3. L'expiration du présent Accord n'affectera pas les mobilités académiques régulièrement engagées pendant sa période de validité, lesquelles pourront être menées à leur terme conformément aux dispositions du présent Accord.

ARTICLE 31

DÉNONCIATION ET RÉSILIATION

Chacune des Parties pourra dénoncer le présent Accord par notification écrite adressée à l'autre Partie, moyennant un préavis minimum de **six (6) mois**.

§1. La dénonciation ne portera pas atteinte aux droits et obligations résultant des mobilités académiques en cours, sauf impossibilité juridique ou matérielle dûment justifiée.

§2. Le présent Accord pourra être résilié avec effet immédiat dans les cas suivants :

- I. violation grave de l'une de ses stipulations ;
- II. dissolution ou disparition juridique de l'une des Parties ;
- III. impossibilité permanente d'exécuter le présent Accord ;

IV. accord mutuel des Parties.

ARTICLE 32

DISPOSITIONS GÉNÉRALES

I. Le présent Accord ne crée aucun lien de subordination, d'emploi ou de relation contractuelle de travail entre les participants et l'établissement d'accueil.

II. Aucune des Parties ne pourra utiliser le nom, le logo, les marques ou tout autre signe distinctif de l'autre Partie à des fins commerciales sans son autorisation préalable, expresse et écrite.

III. La signature du présent Accord n'emporte aucune obligation de transfert de ressources financières entre les Parties.

IV. Tout projet spécifique impliquant un financement fera l'objet d'un accord distinct conclu entre les Parties.

V. Les situations non prévues par le présent Accord seront réglées d'un commun accord entre les Parties, conformément à leurs législations nationales respectives ainsi qu'à leurs règlements internes.

VI. Le présent Accord est rédigé en langues **portugaise et française**, les deux versions faisant également foi et produisant les mêmes effets juridiques.

ARTICLE 33

ENTRÉE EN VIGUEUR

Le présent Accord entrera en vigueur à la date de la dernière signature apposée par les représentants légalement habilités des Parties.

EN FOI DE QUOI

Les Parties, dûment représentées à cet effet, déclarent avoir pris connaissance de l'ensemble des stipulations du présent Accord, les accepter sans réserve et signent le présent **Accord Spécifique de Double Diplôme** en deux (2) exemplaires originaux, l'un en langue portugaise et l'autre en langue française, les deux textes faisant également foi et ayant la même valeur juridique.

EN FOI DE QUOI / EM TESTEMUNHO DO EXPOSTO

Les Parties, dûment représentées à cet effet, déclarent avoir pris connaissance de l'ensemble des stipulations du présent Accord, les accepter sans réserve et signent le présent Accord Spécifique de Double Diplôme en deux (2) exemplaires originaux, l'un en langue française et l'autre en langue portugaise, les deux versions faisant également foi et ayant la même valeur juridique.

As Partes, devidamente representadas para este fim, declaram ter tomado conhecimento de todas as disposições do presente Acordo, aceitá-las sem reservas e assinam o presente Acordo Específico de Dupla Diplomação em dois (2) exemplares originais, um em língua francesa e outro em língua portuguesa, sendo ambas as versões igualmente autênticas e de igual valor jurídico.

Fait à Nantes, le 20-août-26 / 16:44 CEST.

Feito em Cruz dos Alamos, em 21/08/2026.

Pour l'Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)



Professeure Docteure Georgina Gonçalves dos Santos

Rectrice

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Professora Doutora Georgina Gonçalves dos Santos

Reitora

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Pour IMT Atlantique

Pela IMT Atlantique

DocuSigned by:
Christophe LEROUGE
BAC49AC51CEC430...

Monsieur Christophe Lerouge

Directeur

IMT Atlantique

Senhor Christophe Lerouge

Diretor

IMT Atlantique

Emitido em 2026

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 2/2026 - GR (11.01.11)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/08/2026 10:09)

DANILO MAIA DE SANTANA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

1752965

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sistemas.ufrb.edu.br/documentos/> informando seu número: 2, ano: 2026, tipo: **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, data de emissão: 25/08/2026 e o código de verificação: **6aec4f4c0d**